
PRIMEIRO ADITAMENTO AO ACORDO DE ACIONISTAS

da

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

entre

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU, neste ato representado
por seu administrador BANCO MODAL S.A.,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., e,

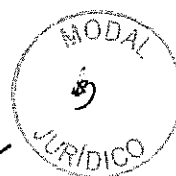
na qualidade de Intervenientes-Anuentes

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.; e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,

Datado de

20 de abril de 2010



PRIMEIRO ADITAMENTO AO ACORDO DE ACIONISTAS DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente aditamento ao Acordo de Acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (o “Aditamento”) as partes:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU, constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 391/03, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 09.619.403/0001-98, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º andar - parte, bloco 1, doravante denominado “FUNDO”; sendo que toda e qualquer referência neste Termo de Compromisso ao FUNDO é feita ao FUNDO administrado pelo BANCO MODAL S.A., instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501/5º andar - parte, bloco 01, Botafogo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.723.886/0001-62, neste ato representado nos termos de seu estatuto social (“MODAL”), atuando exclusivamente na qualidade de instituição administradora do FUNDO nos termos do seu regulamento; e

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade anônima devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena n.º 1.200, Bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente “CEMIG GT” e, quando denominada em conjunto com o COLISEU, “Partes”;

E, ainda, na qualidade de Intervenientes Anuentes,

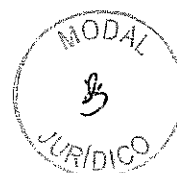
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.003 (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, doravante denominada “Companhia”; e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 2.235 - 26º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominado “Santander”.

RESOLVEM firmar o presente Aditamento de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1. Termos iniciados com letras maiúsculas, quando aqui utilizados, terão o significado a eles atribuído no Acordo de Acionistas, salvo se aqui de outra forma expressamente definidos.



CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

2.1. Com o objetivo de refletir a reorganização societária acordada pelas Partes na forma do disposto neste Aditamento, as Partes resolvem promover as seguintes alterações no texto do Acordo de Acionistas:

2.1.1. As seguintes definições constantes da Cláusula 1.1 "Definições" passam vigorar com a seguinte redação ou foram incluídas:

"Alterosa *TRANSMISSORA ALTEROSA DE ENERGIA S.A.*

Alvorada *TRANSMISSORA ALVORADA DE ENERGIA S.A.*

Companhia *TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.*

Documentos da Operação *Todos os documentos celebrados entre as Partes que regulam as relações entre elas relativamente à Incorporação da TAESA, à aquisição de Controle da Companhia e às Incorporações (conforme definidas na Cláusula 13.1 deste Acordo).*

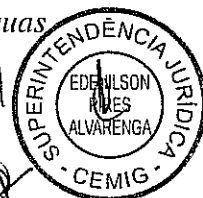
Incorporação da TAESA *Significa a Incorporação da TAESA pela Companhia, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2009.*

OPA *Significa a oferta pública para aquisição de ações ordinárias, ações preferenciais e units de emissão da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, após a concessão do registro de tal oferta pela CVM.*

Termo de Compromisso *Termo de Compromisso entre COLISEU e CEMIG GT, datado de 30 de outubro de 2009, e aditamentos posteriores."*

2.1.2 O subitem (a) da Cláusula 4.1 passou a ter a seguinte redação:

"(a) Objetivos da Companhia. Dentre os objetivos da Companhia estão compreendidos o de maximizar o retorno financeiro às Partes, na qualidade de acionistas controladores da Companhia, sempre buscando observar os melhores princípios de governança corporativa. Para tanto, as Partes se obrigam a implementar política de distribuição de dividendos na Companhia e em suas



Controladas, se houver, de modo a assegurar o maior retorno financeiro possível às Partes, buscando altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade, observando, sempre, as regras legais, estatutárias e regulatórias do setor elétrico, os padrões de segurança aos investimentos prioritários e necessários à Companhia e suas Controladas, bem como o fiel cumprimento das obrigações assumidas em contratos de concessão.”

2.1.3 O título da Cláusula 8.5 foi alterado para “Competência e Quorum de Deliberação”, tendo o seu subitem (a) sido alterado para passar a vigorar com a seguinte redação:

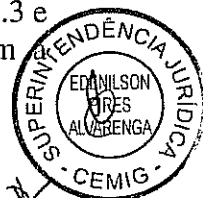
“(a) a aprovação: (a) ao final do exercício social imediatamente anterior, do Plano Plurianual de Negócios, compreendendo um período de 5 (cinco) anos, e do Orçamento Anual da Companhia e das Controladas para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais no caso do Plano Plurianual de Negócios, e em bases mensais no caso do Orçamento Anual: (i) as receitas, custos e despesas; (ii) os planos de investimentos de capital; (iii) as captações e amortizações de financiamentos; (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio, (v) os movimentos estratégicos; e (vi) os programas de manutenção de suas instalações; (b) das modificações do Plano Plurianual de Negócios e do Orçamento Anual, observando-se que a não aprovação do Plano Plurianual de Negócios, a partir do exercício de 2009 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do Impasse, da previsão de Orçamento Anual para cada exercício (cujo Plano Plurianual de Negócios não tenha sido aprovado) contidos no Plano Plurianual de Negócios que tenha sido aprovado pelos Acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV; e (c) a aprovação do Orçamento Anual do exercício de 2009 e do Plano Plurianual de Negócios relativo ao período 2010-2014 até 31 de maio de 2010;”

2.1.4 A Cláusula 9.1.3 passou a vigorar com a seguinte redação:

“9.1.3 Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia terá uma Diretoria composta por até 6 (seis) Diretores, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Superintendente Técnico e até 3 (três) Diretores Superintendentes de Transição. Os Diretores Superintendentes de transição serão eleitos pelo Conselho de Administração dentre os Diretores estatutários da Companhia antes da Incorporação da TAESA.”



2.1.5 Os itens 13.2, 13.3 e 13.3.1 foram renumerados e os itens 13.1, 13.1.1, 13.2, 13.3 e 13.5 da Cláusula Décima Terceira “Obrigações Adicionais das Partes” passam



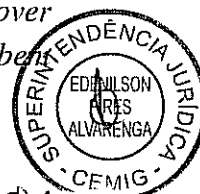
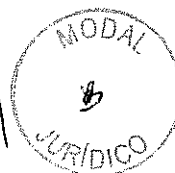
vigorar com a seguinte redação, tendo sido os demais itens renumerados de acordo:

“13.1 Obrigação das Partes. Condicionado às disposições constantes dessa Cláusula 13, as Partes concordam que a Companhia fará com que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sejam deliberadas, até 31 de agosto de 2010, as incorporações da Alterosa e da Alvorada pela Aliança, de forma que as Partes passem a deter, diretamente, as Ações da Aliança anteriormente detidas pela Alterosa e pela Alvorada, na proporção prevista na cláusula 3.3 do Termo de Compromisso (“Incorporações”).

13.1.1 Mediante a deliberação mencionada na Cláusula 13.1 acima, as Partes se comprometem, na medida de suas respectivas competências: (i) a promover todos os atos societários necessários à concretização das Incorporações nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a produzir as informações, bem como cumprir, conforme aplicável às Incorporações, as obrigações constantes da Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999; e (iii) a votar favoravelmente, bem como a envidar os melhores esforços para que os representantes por elas indicados no Conselho de Administração da Aliança também votem favoravelmente, à aprovação das Incorporações, observando sempre a forma menos onerosa para as Partes e obedecidas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo 3º do art. 118 da Lei 6.404/76.

13.2 Incorporações Adicionais. As Partes concordam que a Companhia fará com que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sejam deliberadas: (a) a incorporação pela Companhia das seguintes concessionárias por ela Controladas: Novatrans Energia S.A. – NOVATRANS; TSN Transmissora Sudeste Nordeste S.A – TSN; e ETEO Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. – ETEO até 31 de agosto de 2010; e (b) a desvinculação da Controlada TAESA Serviços Ltda. da estrutura da Companhia até 30 de junho de 2010 (“Incorporações Adicionais”). As Partes obrigam-se a promover todos os atos societários necessários, e a votar favoravelmente, bem como envidar os melhores esforços para que os representantes por elas indicados no Conselho de Administração da Companhia também votem favoravelmente à aprovação das Incorporações Adicionais, observando sempre a forma menos onerosa para as Partes e obedecidas todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis (incluindo, mas sem limitação, o Parecer de Orientação n.º 35/2008 da CVM).

13.5 Conversão das Ações Preferenciais em Ordinárias. Fica acordado, desde já, que por solicitação da CEMIG GT, o COLISEU e seus sucessores obrigam-se, nos termos do §3º do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, a promover todos os atos societários necessários e com a antecedência necessária, bem



como a votar favoravelmente e ainda envidar os melhores esforços para que os representantes por ele indicados no Conselho de Administração da Companhia também votem favoravelmente à aprovação de alteração do Estatuto Social da Companhia, para conceder, a partir de 30 de outubro de 2014, aos titulares das ações preferenciais de emissão da Companhia o direito de requerer, sem qualquer ônus, a conversão destas ações em ações ordinárias de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação preferencial de emissão da Companhia para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.”

2.1.7 O item 14.1.1 da Cláusula Décima Quarta – “Oneração de Ações” foi alterado, de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

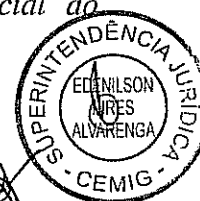
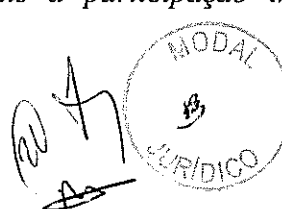
“14.1.1 As Partes concordam, desde já, que a autorização para gravames sobre as ações instituídos em favor de terceiros, e que tenham por objetivo garantir obrigações oriundas de operação financeira realizada por tal Parte visando à captação de recursos para cumprimento das obrigações pecuniárias da OPA, não poderão ser imotivadamente negadas, ressalvado, entretanto, que tal gravame deverá recair sempre e exclusivamente sobre as Ações da Parte requerente.”

2.1.8 A Cláusula 15.18 passará a vigorar com a seguinte redação:

“15.18 Após 30 de outubro de 2014, qualquer Transferência de ações da Companhia estará sujeita a direito de preferência e Direito de Venda Conjunta nos seguintes termos: (i) a CEMIG GT terá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas pelo Acionista Investidor e/ou seus sucessores, que se tornarem Acionistas da Companhia; (ii) o Acionista Investidor e/ou seus sucessores terão direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas por CEMIG GT, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital da Companhia à época da Transferência de ações de emissão da Companhia; (iii) não haverá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta para o Acionista Investidor e/ou qualquer de seus sucessores, individual ou conjuntamente, no caso de Transferência de ações de emissão da Companhia realizadas pelo Acionista Investidor e/ou seus sucessores entre si; (iv) o procedimento aplicado para exercício do direito de preferência e Direito de Venda Conjunta obedecerá o disposto nesta Cláusula 15.”

2.1.9 A Cláusula 16.1.1 passará a vigorar com a seguinte redação:

“16.1.1 Prazo de vigência para o SANTANDER. Este Acordo deixará, após 30 de outubro de 2014 (“Data de Saída do SANTANDER”), de vigor, exclusivamente com relação ao SANTANDER e às Ações da Companhia por ele detidas (exclusivamente as Ações proporcionais à participação inicial do



SANTANDER no COLISEU, observado o disposto na Cláusula 3.3 acima). Portanto, após a Data de Saída do SANTANDER, este estará totalmente desvinculado, perante as Partes, e a Companhia, com relação a qualquer dos termos e condições estabelecidos neste Acordo, podendo exercer todos os direitos políticos e patrimoniais relativos às Ações da Companhia livremente, incluindo mas não se limitando ao direito de votar com tais Ações e livremente dispor de tais Ações, e estando as Partes igualmente liberadas de qualquer obrigação perante o SANTANDER prevista neste Acordo. Do mesmo modo, imediatamente após 30 de outubro de 2014, o livro de Registro de Ações da Companhia deverá conter as devidas averbações, de forma que conste a liberação do SANTANDER e das Ações de emissão da Companhia exclusivamente proporcionais à participação inicial do SANTANDER no COLISEU, observado o disposto nesta Cláusula e na Cláusula 3.3 acima.”

2.1.10 A Cláusula 19.5 passa a vigorar com a seguinte redação:

“19.5 Notificações. Quaisquer notificações ou outras comunicações requeridas ou permitidas sob este Acordo deverão ser feitas, por escrito, e deverão ser entregues ou enviadas através de serviço de entrega no dia seguinte, entregues pessoalmente, por fax ou por carta registrada, nos endereços de cada um das Partes abaixo mencionados, ou para qualquer outro endereço conforme seja fornecido por escrito por tal Parte:

Se ao COLISEU:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU

*Praia de Botafogo, 501 - 5º andar
Rio de Janeiro - RJ
Fax: (21) 3223-7738
At.: Sr. Isacson Casiuch*

Se à CEMIG GT:

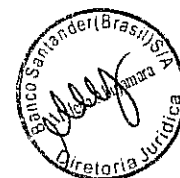
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

*Av. Barbacena, 1200
Belo Horizonte – MG
Fax: (31) 3506-4900
At.: Sr. Djalma Bastos de Moraes*

Se à Companhia:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

*Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.003 (parte)
Rio de Janeiro – RJ
Fax: (21) 2212-6040*



At.: Sr. Paulo Mota Henriques

Se ao **SANTANDER**:

Banco Santander (Brasil) S.A.

Av. Juscelino Kubitschek, 2.235 - 26º andar

Vila Olímpia - São Paulo - SP

Fax: (11) 3012-7154

At.: Sr. Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque"

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Exceto conforme alterado neste Aditamento, todos os termos e disposições do Acordo de Acionistas permanecem em pleno vigor e efeito, sendo neste ato ratificados, especialmente declarações, garantias, obrigações e compromissos nele assumidos.

3.2. Este Aditamento deverá ser interpretado e regido de acordo com as leis brasileiras.

3.2.1 As Partes procurarão resolver amigavelmente suas diferenças relativas ao presente instrumento, dentro do espírito de boa-fé que o inspira.

3.2.2 Para a solução das controvérsias resultantes deste instrumento que não forem amigavelmente resolvidas, elegem as Partes o foro da Comarca da Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como a execução da sentença arbitral.

3.2.3 Qualquer controvérsia relativa a este Aditamento será resolvida por arbitragem, de acordo com as disposições adiante.

3.2.4 A arbitragem será submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM") de acordo com o regulamento de arbitragem da CAM ("Regulamento").

3.2.5 O litígio será decidido por um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), escolhidos de acordo com o Regulamento.

3.2.6 A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de acordo com a Lei n.º 9.307/96.

3.2.7 O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de até 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

3.2.8 Com exceção dos honorários dos advogados, que serão atendidos por cada Parte individualmente, as demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

3.2.9 As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.

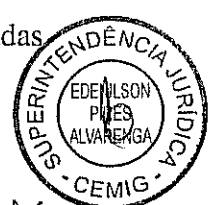


#

Handwritten initials and a signature.



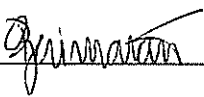
*

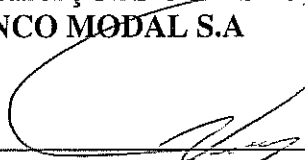


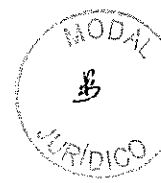
E por assim haverem ajustado, firmam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um mesmo efeito legal, na presença das testemunhas a seguir nomeadas e assinadas.

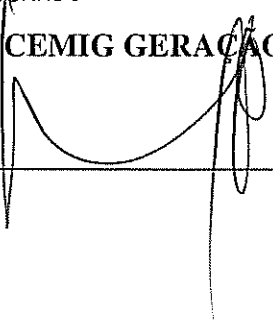
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2010.

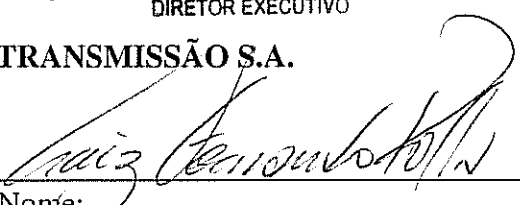
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU, representado por seu administrador, **BANCO MODAL S.A.**


Nome: _____
Cargo: PRISCILA LAZARINI G. DOS SANTOS
PROCURADORA


Nome: RAMIRO LOPES DE OLIVEIRA
Cargo: BANCO MODAL S. A.
DIRETOR EXECUTIVO

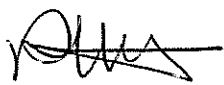



CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

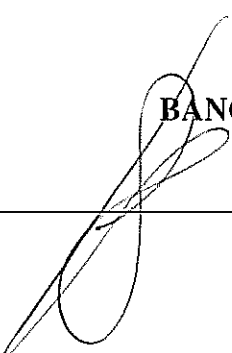

Nome: _____
Cargo: _____

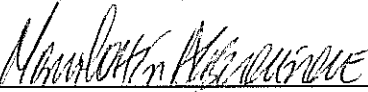
INTERVENIENTES ANUENTES:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.


Nome: _____
Cargo: _____

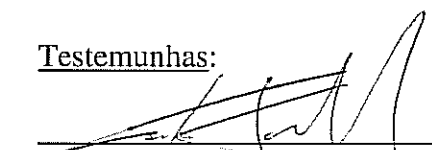

Nome: _____
Cargo: _____

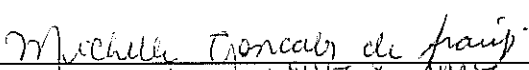
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

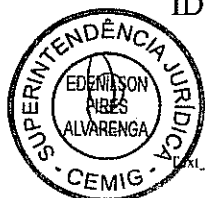

Nome: MARCELO HENRIQUE F. DE ALBUQUERQUE
Cargo: PROCURADOR



Testemunhas:


Nome: Carlos A. Trindade Neto
ID: CPF 105.885.817-39


Nome: Michelle Gonçalves de Araujo
ID: 12787109-3 DIC/RJ



**ACORDO DE ACIONISTAS
DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
(CONSOLIDADO)**

Por meio do presente instrumento particular e na melhor forma da lei,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU, constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 391/03, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.619.403/0001-98, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, bloco 1, doravante denominado “COLISEU” ou “Acionista Investidor”, sendo que toda e qualquer referência neste acordo de acionistas ao COLISEU é feita ao COLISEU administrado pelo Banco Modal S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar – parte, bloco 01, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 30.723.886/0001-62, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social (“Modal”), atuando exclusivamente na qualidade de instituição administradora do Coliseu, nos termos do seu regulamento;

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., sociedade de economia mista, com sede na Av. Barbacena, n.º 1.200, na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “CEMIG GT” ou “Acionista Operadora”, e quando denominada em conjunto com o COLISEU, “Partes”;

E, ainda, na qualidade de Intervenientes Anuentes,

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.003 (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, doravante denominada “Companhia”; e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 2.235 - 26º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominado “Santander”.

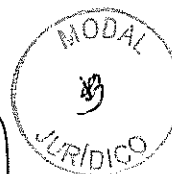
CONSIDERANDO QUE:

- (a) em 28 de dezembro de 2009, foi aprovada a Incorporação da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) pela Companhia;
- (b) com a Incorporação da TAESA, as Partes, até então acionistas da TAESA, passaram a deter participação societária direta na Companhia relativa a 85,26% (oitenta e cinco vírgula vinte e seis por cento) de seu capital social votante; e
- (c) as Partes desejam estabelecer desde já as diretrizes gerais e os termos que irão reger seu relacionamento na qualidade de acionistas diretas da Companhia, de suas Controladas e coligadas, se houver.

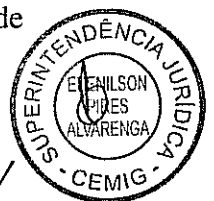


HA

h



X



Resolvem as Partes firmar o presente Acordo de Acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Acordo"), em observância ao art. 118 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), e se obrigam a cumpri-lo, por si e por seus respectivos sucessores e cessionários, nos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1 As expressões utilizadas no presente Acordo estão definidas abaixo, devendo ser interpretadas da mesma maneira, quer estejam no singular ou no plural, a menos que expressamente estipulado em contrário. Não obstante a relação de definições estabelecidas neste Capítulo, outros termos são também definidos em outras partes deste Acordo, bem como nos demais Documentos da Operação:

Acionistas

Significa qualquer acionista da Companhia.

Acordo

Este Acordo de Acionistas celebrado pelas Partes na forma e para os fins do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Ações

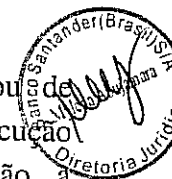
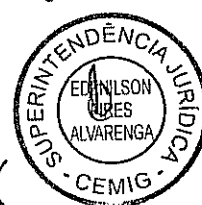
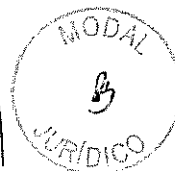
Significam com relação à Companhia e suas Controladas (i) todas as ações ordinárias, preferenciais (com os direitos a elas inerentes) e *units* detidas, ou que venham a ser detidas no futuro, por qualquer das Partes, suas Afiliadas ou pela própria Companhia, conforme o caso, por qualquer motivo e a qualquer título, incluindo, mas não se limitando, a compras, desdobramentos, distribuições de bonificações, distribuição de dividendos com pagamento em ações e capitalizações de lucros ou outras reservas, ou que passem a ser detidas por qualquer das Partes, suas Afiliadas ou pela própria Companhia, conforme o caso, como resultado de incorporações, fusões ou cisões, (ii) valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias e/ou preferenciais (com os direitos a elas inerentes) detidos, ou que venham a ser detidos, pelas Partes, suas Afiliadas ou pela própria Companhia, conforme o caso, (iii) opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (com os direitos a elas inerentes), e (iv) bônus de subscrição e direitos de subscrição de ações ordinárias e/ou preferenciais (com os direitos a elas inerentes), que venham a ser detidos pelas Partes, suas Afiliadas ou pela própria Companhia, conforme o caso.



Handwritten initials and a signature.



Afiladas	Significa, com relação a cada uma das Partes, qualquer pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, Controle, seja Controlada ou que esteja, direta ou indiretamente, sob Controle comum com tal Parte, ou, ainda, coligada.
Alterosa	TRANSMISSORA ALTEROSA DE ENERGIA S.A.
Alvorada	TRANSMISSORA ALVORADA DE ENERGIA S.A.
Companhia	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Controle	(bem como o verbo "Controlar" e os substantivos "Controlador (a)" e "Controlada", se houver) significa a titularidade e suas conjugações (direta ou indireta) de direitos de sócio, detidos individualmente ou por grupo de pessoas físicas e/ou jurídicas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum ("Bloco de Controle"), que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão deliberativo superior, conforme o caso, de uma sociedade.
Conselho de Administração	É o conselho de administração da Companhia.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia que integra o presente Acordo como Anexo I.
Documentos da Operação	Todos os documentos celebrados entre as Partes que regulam as relações entre elas relativamente à Incorporação da TAESA, à aquisição de Controle da Companhia e às Incorporações (conforme definidas na Cláusula 13.1 deste Acordo).
Impasse	Qualquer pendência ou controvérsia oriunda de, ou de qualquer forma relacionada à, interpretação e/ou à execução do presente Acordo, em especial, mas sem limitação, a ocorrência de impasse na aprovação das matérias previstas nas Cláusulas 6.5 e 8.5 ou rejeição dos eventos ali previstos.



Incorporação da TAESA	Significa a Incorporação da TAESA pela Companhia, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2009.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, como alterada e em vigor.
OPA	Significa a oferta pública para aquisição de ações ordinárias, ações preferenciais e <i>units</i> de emissão da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, após a concessão do registro de tal oferta pela CVM.
Partes	COLISEU e CEMIG GT, seus sucessores legais, e eventuais cessionários, nos termos deste Acordo.
Parte Permitida	Significa: (i) as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Partes; (ii) as sociedades controladoras, diretas ou indiretas, de qualquer das Partes; (iii) qualquer sociedade que seja controlada, direta ou indiretamente, pelos controladores de qualquer das Partes; e (iv) qualquer fundo de investimento, no Brasil ou, ainda, no exterior, administrado ou gerido discricionariamente pelas Partes, ou por qualquer sociedade controlada, sob o mesmo controle ou controladora das Partes.
Parte Relacionada	Significa: (i) as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Partes; (ii) as sociedades controladoras, diretas ou indiretas, de qualquer das Partes; (iii) qualquer sociedade que seja controlada, direta ou indiretamente, pelos controladores de qualquer das Partes; (iv) qualquer forma de associação, inclusive <i>joint ventures</i> , consórcios e sociedades em conta de participação da qual, qualquer Parte, suas sociedades controladoras, controladas ou sob o mesmo controle participem com mais de 5%; e (v) qualquer fundo de investimento, no Brasil ou, ainda, no exterior, administrado ou gerido discricionariamente pelas Partes, ou por qualquer sociedade controlada, sob o mesmo controle ou controladora das Partes.
Transferência	(bem como o verbo correlato "Transferir") significa a venda, cessão, alienação, transferência ou qualquer outra forma de alienação, incluindo incorporação, fusão e cisão, a qualquer



#

17



título, direta ou indireta, parcial ou total, de qualquer das Ações detidas por qualquer das Partes ou suas Afiliadas ou dos direitos inerentes às Ações, inclusive direitos de prioridade, subscrição ou preferência.

Termo de Compromisso

Termo de Compromisso entre COLISEU e CEMIG GT, datado de 30 de outubro de 2009, e aditamentos posteriores.

2. OBJETO DESTE ACORDO

2.1 O presente Acordo tem por objeto regular as relações e estabelecer os direitos e obrigações das Partes, e, em especial:

- (a) as premissas e os princípios a serem adotados pelas Partes com relação a este Acordo, a Companhia e suas Controladas;
- (b) o exercício do direito de voto na Companhia e em suas Controladas e Coligadas;
- (c) a forma de administração da Companhia e de suas Controladas através do estabelecimento de normas para a atuação de seus órgãos de administração;
- (d) as políticas de capitalização, investimento, financiamento e dividendos da Companhia;
- (e) as regras aplicáveis à oneração e Transferência das Ações;
- (f) o direito de preferência nas subscrições de Ações e outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (g) a forma de solução de controvérsias; e
- (h) fixar normas de caráter geral relacionadas a este Acordo.

2.2 As Partes declaram e reconhecem que o presente Acordo visa regular as suas relações na qualidade de Acionistas da Companhia e também o exercício de suas participações indiretas, através desta, nas Controladas.



#

h



2.3 Todas as disposições deste Acordo aplicam-se à Companhia e suas Controladas. Para esse propósito, as Partes obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para que tais disposições sejam aplicáveis às Controladas.

3. AÇÕES VINCULADAS

3.1 Este Acordo vincula a totalidade das Ações. As Ações da Companhia, nesta data, compõem os percentuais de participação no capital social votante da Companhia, conforme discriminado no quadro abaixo:

Acionista	Percentual de Participação no Capital Votante detido pelas Partes
COLISEU	43,48%
CEMIG GT	41,78%
TOTAL	85,26%

3.2 As Partes obrigam-se a sempre exercer o direito de voto relativo às Ações, em consonância com os termos deste Acordo. Neste sentido, as Partes obrigam-se a votar ou fazer com que seus representantes ou procuradores votem em qualquer assembleia geral da Companhia ou de suas Controladas, de acordo com os termos e condições pactuados pelas Partes. Os votos dados em desacordo com o presente Acordo não serão computados, conforme previsto no parágrafo 8º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

3.3 As Ações subscritas ou adquiridas para a composição de carteiras de fundos de investimento geridos pelo SANTANDER, bem como de fundos de investimento geridos por todo e qualquer outro investidor do COLISEU, não ficam vinculadas a este Acordo.

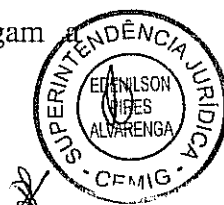
4. PREMISSAS E PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA

4.1 Premissas e Princípios. As seguintes premissas e princípios fundamentam o presente Acordo e dele fazem parte integrante, devendo orientar a sua implementação e interpretação, assim como orientar as decisões das Partes e o exercício dos direitos de voto nas assembleias gerais e nas reuniões dos administradores da Companhia, conforme o caso, ou, ainda, em quaisquer reuniões em que seja dado às Partes, aos Conselheiros, aos Diretores ou qualquer outro representante da Companhia, o direito de se manifestarem:

- (a) Objetivos da Companhia. Dentre os objetivos da Companhia, estão compreendidos o de maximizar o retorno financeiro às Partes, na qualidade de acionistas controladores da Companhia, sempre buscando observar os melhores princípios de governança corporativa. Para tanto, as Partes se obrigam a



Handwritten initials and a signature.



implementar política de distribuição de dividendos na Companhia e em suas Controladas, se houver, de modo a assegurar o maior retorno financeiro possível às Partes, buscando altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade, observando, sempre, as regras legais, estatutárias e regulatórias do setor elétrico, os padrões de segurança aos investimentos prioritários e necessários à Companhia e suas Controladas, bem como o fiel cumprimento das obrigações assumidas em contratos de concessão.

- (b) Padrão de Qualidade dos Serviços. A Companhia deverá envidar esforços para que ela e suas Controladas tenham um padrão de qualidade de serviços compatível com os praticados por empresas do mesmo setor reconhecidamente eficientes.
- (c) Conflito de Interesses. As Partes conduzirão com lealdade suas relações com a Companhia e suas Controladas, se houver. As Partes se comprometem a, sempre que surjam situações de conflito em suas relações com a Companhia e suas Controladas, se houver, comunicar às outras Partes a existência e a natureza do conflito. Entende-se por conflito de interesses, se houver, toda situação que implique vantagem para uma das Partes ou para Partes Relacionadas em detrimento da Companhia, não caracterizando conflito de interesses a participação acionária de qualquer uma das Partes em sociedade que tenha objeto social igual ou semelhante ao da Companhia, ou de suas Controladas, se houver. Os eventuais negócios das Partes e das Partes Relacionadas com a Companhia e suas Controladas, se houver, serão sempre conduzidos e realizados em condições de mercado e com anuência do Conselho de Administração.
- (d) Gestão Profissional. A gestão dos negócios da Companhia será exercida por profissionais experientes, capacitados e diligentes, que atendam às qualificações necessárias para os cargos por eles ocupados.

4.2 Partes Relacionadas. Além deste Acordo, os contratos com Partes Relacionadas e os programas de opções de aquisição de ações ou de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou que venham a ser firmados pela Companhia ou suas Controladas com Parte Relacionada deverão ser disponibilizados e concluídos em bases estritamente comutativas e em condições de mercado, resguardando-se o interesse social, tal qual fossem contratados com terceiros. A Parte ou o administrador que tiver interesse conflitante com o da Companhia deverá abster-se de votar na deliberação sobre a aprovação de tal contratação.

5. ESTATUTO SOCIAL



#

10/7



2



5.1 A Companhia reger-se-á (i) por este Acordo, (ii) por seu Estatuto Social, e (iii) pela legislação aplicável e quaisquer alterações subsequentes.

5.2 Em caso de conflito entre o Estatuto Social e este Acordo, o disposto neste Acordo deverá prevalecer em relação às Partes. Nesta hipótese, as Partes farão com que a Companhia convoque, com a maior brevidade possível, uma Assembleia Geral para alterar o Estatuto Social e adaptá-lo aos termos deste Acordo.

6. ASSEMBLEIAS GERAIS

6.1 Reunião. As Assembleias Gerais da Companhia e de suas Controladas reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

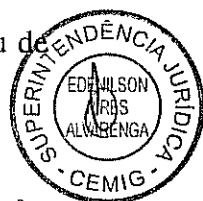
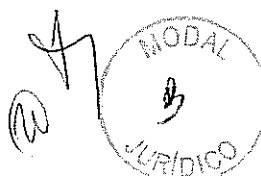
6.2 Convocação. Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer Parte ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

6.3 Mesa. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral elegerá seu Presidente pela maioria de votos dos presentes. O Presidente escolherá, dentre os presentes, o Secretário.

6.4 Exercício do Direito de Voto. As Partes obrigam-se a exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais da Companhia e fazer com que os representantes da Companhia exerçam seus direitos de voto nas Assembleias Gerais das Controladas, de modo a assegurar a observância e o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Acordo, abstendo-se de votar afirmativamente em qualquer matéria em que não haja consenso entre as Partes em relação às matérias listadas na Cláusula 6.5 abaixo.

6.5 Competência e Quorum de Deliberação. A cada ação ordinária caberá um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As deliberações das Assembleias Gerais da Companhia serão tomadas pelo voto afirmativo de Acionistas titulares da maioria do capital votante da Companhia, não se computando os votos em branco, exceção feita aos casos previstos no artigo 6º, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, aos casos em que a lei / regulamentação aplicável exigir maior quorum e às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que somente serão aprovadas com o voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das ações com direito a voto da Companhia:

- (a) a aprovação de quaisquer modificações do Estatuto Social da Companhia ou de suas Controladas;

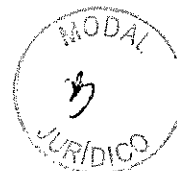


- (b) quaisquer reduções ou aumentos do capital social da Companhia ou de suas Controladas, superior ao valor do capital autorizado previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, do Estatuto Social, e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia ou de suas Controladas, e a renúncia ao direito de subscrição de aumentos do capital social, ainda que indiretamente, das Controladas;
- (c) a emissão de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou por suas Controladas, pública ou privadamente, bem como a celebração de acordos, a outorga de opção de compra pela Companhia ou pelas suas Controladas de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de suas Controladas ou de emissão da Companhia ou de suas Controladas;
- (d) a fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, a transformação delas em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia e/ou de suas Controladas em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a reestruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia e/ou de suas Controladas;
- (e) a aprovação (i) das demonstrações financeiras anuais da Companhia e das Controladas, (ii) da mudança de critérios contábeis, (iii) do relatório anual da administração, e (iv) da destinação do resultado do exercício;
- (f) a associação da Companhia e/ou de suas Controladas, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia e/ou de suas Controladas em grupos de sociedades, ressalvadas as ações em estrito cumprimento a compromissos vigentes anteriormente assumidos;
- (g) o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência ou lei similar, a dissolução e a liquidação da Companhia ou de suas Controladas, bem como a nomeação de liquidante ou síndico;

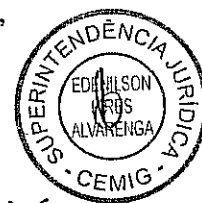
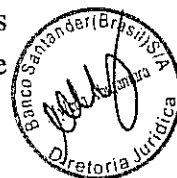


#

W H



*



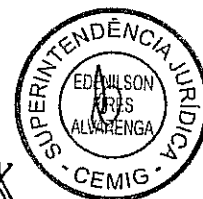
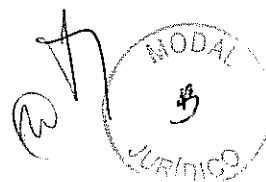
- (h) a eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e de suas Controladas;
- (i) a aprovação e modificação dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e das Controladas;
- (j) a determinação ou modificação da política de dividendos da Companhia ou de suas Controladas, bem como a distribuição de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (k) a aprovação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como da distribuição de lucros e resultados, observado o disposto na Cláusula 13.2 deste Acordo;
- (l) a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta;
- (m) a aprovação da descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do segmento especial de listagem denominado Nível 2 ("Regulamento Nível 2" e "Nível 2", respectivamente) da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); e
- (n) a escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Regulamento Nível 2.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 Administração. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, conforme previsto neste Acordo e no Estatuto Social.

7.2 Capacitação. As Partes comprometem-se a fazer com que a administração da Companhia e de suas Controladas seja exercida por profissionais experientes, diligentes e capacitados, que atendam às qualificações necessárias para os cargos ocupados, observadas as disposições do presente Acordo e do Estatuto Social da Companhia.

7.3 Fiscalização. Qualquer das Partes poderá fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a contabilidade da Companhia e de suas Controladas, solicitar informações sobre documentos de interesse da Companhia e de suas Controladas e apreciar os resultados mensais das operações da Companhia.



8. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

8.1 Composição. A Companhia terá um Conselho de Administração composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, acionistas da Companhia, para mandatos de 1 (um) ano, renováveis, cabendo ao COLISEU indicar 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, e à CEMIG GT indicar 4 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, dentre eles, o Presidente do Conselho de Administração, sendo os demais integrantes eleitos em conformidade com os itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2 do Regulamento Nível 2.

8.1.1 Caso haja qualquer alteração no percentual de participação das Partes no capital social votante da Companhia, conforme os percentuais previstos no item 3.1 acima, o número de membros do Conselho de Administração a ser indicado por cada Parte previsto no item 8.1 acima deverá ser alterado, de forma a refletir, proporcionalmente, o novo percentual de participação das Partes no capital social votante da Companhia, mantido o número de 11 (onze) membros. Dessa forma, cada lote de Ações representativas de 9,1% (nove vírgula um por cento) do capital social votante da Companhia confere ao Acionista titular do lote o direito de indicar e eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração.

8.1.1.1 Observado o número de membros do Conselho de Administração previsto na Cláusula 8.1 acima, na hipótese de um Acionista deter participação que totalize percentuais entre intervalos de fração de 9,1% (nove vírgula um por cento) do capital social votante da Companhia, deverá ser observada a respectiva fração detida por tal Acionista: (a) se superior a 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) o Acionista terá o direito de indicar e eleger um membro adicional para compor o Conselho de Administração; e (b) se, por outro lado, o Acionista for titular de uma fração inferior a 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, tal Acionista não terá o direito de indicar e eleger o respectivo membro adicional.

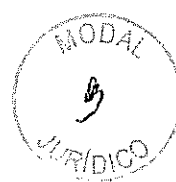
8.1.1.2 Na hipótese de alteração no percentual de participação das Partes no capital social votante da Companhia, conforme previsto na Cláusula 8.1.1 acima, o número de membros do Conselho de Administração da Companhia a ser indicado por cada uma das Partes não poderá ser superior a 6 (seis) membros.

8.2 Reunião. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado na forma da lei ou pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.



#

W



#



Tal convocação deverá ser enviada, por escrito, a todos os demais Conselheiros, pelo menos 8 (oito) dias úteis antes da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a segunda convocação.

8.3 Instalação. As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros ou, em segunda convocação, observado novamente o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8.2, com a presença de pelo menos 7 (sete) Conselheiros.

8.4 Representação. Qualquer Conselheiro terá o direito de ser representado nas Reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pela mesma Parte que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

8.5 Competência e Quorum de Deliberação. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos Conselheiros presentes, exceção feita às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que dependerão, para sua implementação, da aprovação de, no mínimo, 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia:

- (a) a aprovação: (a) ao final do exercício social imediatamente anterior, do Plano Plurianual de Negócios, compreendendo um período de 5 (cinco) anos, e do Orçamento Anual da Companhia e das Controladas para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais no caso do Plano Plurianual de Negócios, e em bases mensais no caso do Orçamento Anual: (i) as receitas, custos e despesas; (ii) os planos de investimentos de capital; (iii) as captações e amortizações de financiamentos; (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio, (v) os movimentos estratégicos; e (vi) os programas de manutenção de suas instalações; (b) das modificações do Plano Plurianual de Negócios e do Orçamento Anual, observando-se que a não aprovação do Plano Plurianual de Negócios, a partir do exercício de 2009 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do Impasse, da previsão de Orçamento Anual para cada exercício (cujo Plano Plurianual de Negócios não tenha sido aprovado) contidos no Plano Plurianual de Negócios que tenha sido aprovado pelos Acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV; e (c) a aprovação do Orçamento Anual do exercício de 2009 e do Plano Plurianual de Negócios relativo ao período 2010-2014 até 31 de maio de 2010;

- (b) quaisquer aumentos de capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos de capital social

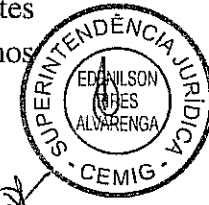


da Companhia, dentro do capital autorizado, previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia;

- (c) a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas subsidiárias e Controladas que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (d) a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou pelas suas subsidiárias e Controladas;
- (e) a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia ou suas subsidiárias ou Controladas, bem como a concessão de garantias pela Companhia ou por suas subsidiárias ou Controladas, que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades-fins;
- (f) a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detidos pela Companhia ou pelas suas Controladas ou subsidiárias ou, (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea (f), excedam o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (g) a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou a assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de quaisquer dos Acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja Parte Relacionada a qualquer dos Acionistas, qualquer que seja o valor;
- (h) a celebração, pela Companhia ou suas subsidiárias ou Controladas, de quaisquer acordos, negócios ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, e a celebração de quaisquer contratos ou acordos (e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos) com Partes Relacionadas, e a resolução dos mesmos



Handwritten mark, possibly initials.

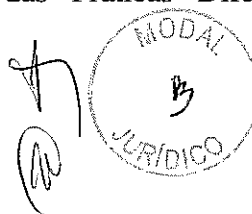


pela Companhia ou por suas Controladas e suas subsidiárias, qualquer que seja o valor;

- (i) atribuição e delegação de poderes adicionais à Diretoria da Companhia, de suas subsidiárias ou Controladas;
- (j) eleição e destituição da Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias ou Controladas, respeitadas as disposições constantes deste Acordo;
- (k) aprovar a abertura e estabelecimento de filiais, escritórios, postos de serviço, agências ou depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Companhia;
- (l) a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral da Companhia entre os membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria;
- (m) a autorização à aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes e este Acordo; e
- (n) aprovação da orientação do voto a ser proferido pela Companhia na qualidade de acionista de suas Controladas e subsidiárias, ou a ser proferido pelos integrantes do conselho de administração das Controladas e subsidiárias indicados pela Companhia, no caso das matérias previstas neste item 8.5.

8.5.1 Além das matérias elencadas na Cláusula 8.5 acima, as quais dependem de quorum qualificado para sua aprovação, e sem prejuízo das demais competências previstas em lei, caberá ao Conselho de Administração da Companhia, pelo voto afirmativo da maioria absoluta de seus conselheiros presentes:

- (a) a escolha e destituição de auditores independentes da Companhia;
- (b) a deliberação sobre o pedido de licença temporária de Diretores Superintendentes e a designação de seu(s) substituto(s), que cumulará(ão) interinamente as funções do substituído(s);
- (c) a aprovação do Código de Ética da Companhia;
- (d) a definição do regimento interno da Companhia; e
- (e) a fixação da lista tríplice de instituições a ser apresentada à Assembleia Geral da Companhia para preparação do laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, para fins de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de



Governança Corporativa do Regulamento Nível 2 e cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia.

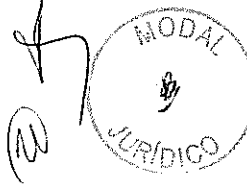
8.6 Orientação de Voto. As Partes instruirão seus indicados no Conselho de Administração da Companhia e de suas Controladas a votarem em consonância com a Cláusula 8.5 e 8.5.1 acima, e com a letra e espírito deste Acordo, e afastarão e substituirão quaisquer desses indicados que atuarem de forma discrepante às instruções recebidas.

8.7 Destituição. A Parte que tiver indicado um determinado membro do Conselho de Administração da Companhia ou de suas Controladas poderá também pleitear, a qualquer tempo, a destituição e a substituição de referido membro, hipótese em que as demais Partes deverão votar no mesmo sentido que a Parte que apresentou a solicitação de destituição.

8.7.1 Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, suas funções serão exercidas por outro Conselheiro que tiver sido indicado pela mesma Parte que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que, na primeira Assembleia Geral a se realizar após o evento, tal Parte terá o direito de indicar o membro substituto, devendo as demais Partes votar no mesmo sentido que aquela Parte prejudicada pela vacância.

8.7.2 Na hipótese de qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia ou das Controladas indicados pelas Partes atuar de forma contrária a este Acordo, as Partes e a Companhia obrigam-se a adotar providências e a votar no sentido de: (a) destituir o membro do Conselho de Administração da Companhia e/ou das Controladas; (b) eleger, no menor prazo possível, não excedendo a 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa mencionada no item (a) acima, novo membro para o Conselho de Administração da Companhia e/ou das Controladas, de forma a restabelecer a composição do Conselho de Administração em questão, a ser indicado pela Parte que havia indicado o Conselheiro destituído; e (c) quando o ato destinar-se a produzir efeitos perante terceiros, instruir seus representantes e os novos representantes, eleitos em substituição aos destituídos, na forma dos itens (a) e (b), acima, no sentido de atuarem de maneira a, tanto quanto possível, desfazerem os atos praticados em razão dos votos proferidos pelo representante substituído.

8.8 Ação do Membro do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração da Companhia receberá 1 (uma) ação de sua emissão, a qual não poderá ser alienada, a qualquer título, durante ou após o prazo de seu mandato. Cada membro do Conselho de Administração da Companhia, de suas Controladas e subsidiárias, deverá se comprometer, por meio de instrumento específico em apartado a ser celebrado



na data de sua posse no cargo a: (a) cumprir com as disposições deste Acordo; (b) renunciar ao seu direito de preferência na subscrição e aquisição de ações a serem emitidas pela Companhia ou alienadas pelos demais acionistas; e (c) a imediata e gratuitamente devolver a ação de que for titular (e eventuais bonificações) à Parte que o tiver indicado assim que cessarem suas funções no Conselho de Administração.

9. DIRETORIA

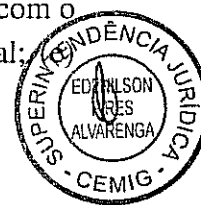
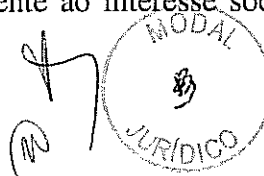
9.1 Composição. A Companhia terá uma Diretoria composta por 3 (três) Diretores, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição, os quais serão indicados pela Acionista Operadora e eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Técnico.

9.1.1 Os Diretores deverão ser escolhidos entre os empregados ativos ou inativos da Acionista Operadora, sua controladora ou de Afiliadas que tenham exercido cargo gerencial ou da administração, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, na especialidade requerida. Não sendo possível a escolha entre os empregados ativos ou inativos, será facultado à Acionista Operadora indicar profissionais que possuam notória experiência, nos últimos 5 (cinco) anos, no setor elétrico, os quais deverão, obrigatoriamente, ser contratados no mercado, via agência especializada em contratação de executivos.

9.1.2 Os Diretores da Companhia exercerão as funções conforme previsto em seu Estatuto Social e, adicionalmente, de acordo com as atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

9.1.3 Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia terá uma Diretoria composta por até 6 (seis) Diretores, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Superintendente Técnico e até 3 (três) Diretores Superintendentes de Transição. Os Diretores Superintendentes de transição serão eleitos pelo Conselho de Administração dentre os Diretores estatutários da Companhia antes da Incorporação da TAESA.

9.2 Destituição. Não obstante outras disposições deste Acordo e/ou a legislação aplicável, todo e qualquer membro da Diretoria da Companhia será destituído e substituído pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, desde que fique caracterizado que tal membro da Diretoria da Companhia: (a) deixou de empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que um indivíduo deve empregar na administração dos seus próprios negócios; (b) pautou sua conduta em desacordo com a lei, o Estatuto Social da Companhia e/ou este Acordo; (c) faltou com o seu dever de lealdade à Companhia; (d) atuou contrariamente ao interesse social;



faltou com o dever de informar ao mercado; e/ou (f) demonstrou não possuir a formação necessária para o exercício do cargo. A indicação e a eleição do membro substituto da Diretoria serão feitas segundo os termos e condições previstos neste Acordo.

9.3 Representação. A Diretoria terá poderes de gestão interna e de representação da Companhia, observadas as disposições legais, bem como as deliberações e orientações do Conselho de Administração e demais cláusulas e condições deste Acordo.

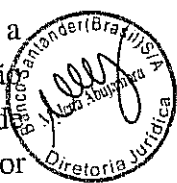
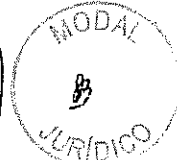
9.4 Competência. Compete à Diretoria:

- (a) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral da Companhia;
- (b) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Companhia;
- (c) elaborar e propor ao Conselho de Administração da Companhia os planos de negócio e programas de investimentos, bem como os orçamentos anuais e plurianuais de capital e operacional da Companhia a serem submetidos ao seu Conselho de Administração;
- (d) elaborar e submeter ao Conselho de Administração da Companhia, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral da Companhia;
- (e) autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia e suas subsidiárias e Controladas, de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (f) propor ao Conselho de Administração a abertura de filiais, agências, escritórios, postos de serviço ou depósitos da Companhia;
- (g) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*;
- (h) autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia ou suas subsidiárias ou Controladas, bem como a concessão de garantias, pela Companhia ou por suas subsidiárias ou Controladas, de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em



11

12



um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

- (i) autorizar a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou pelas suas Controladas ou subsidiárias, ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses deste item (b), seja de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;
- (j) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma deste Acordo e do Estatuto Social da Companhia; e
- (k) fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado por seu Conselho de Administração.

10. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS CONTROLADAS

10.1 Sempre que possível, e a critério das Partes, a composição, funcionamento e deliberação do Conselho de Administração e Diretoria das Controladas obedecerá ao disposto neste Acordo, podendo ser eleitas para integrar os Conselhos de Administração e as Diretorias das Controladas as mesmas pessoas eleitas pelas Partes para o Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, respectivamente.

10.2 As Diretorias das Controladas serão compostas pelo número de membros que melhor atenda às necessidades das respectivas Controladas, conforme deliberado pelas Partes, observadas as proporções e condições estabelecidas nas Cláusulas 9.1 e 10.1 desse Acordo.

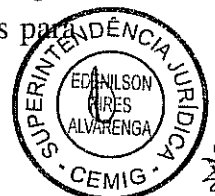
10.3 No que couberem, as mesmas regras serão aplicadas em relação às demais companhias e sociedades em que a Companhia tenha direito a indicar membros da administração.

11. DAS REUNIÕES PRÉVIAS

11.1. Anteriormente a qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração da Companhia as Partes – por seus representantes legais ou por procuradores devidamente constituídos, na forma da lei, com poderes específicos para



Handwritten initials and a checkmark.



discutir e deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia – obrigam-se a comparecer a uma reunião prévia (“Reunião Prévia”) para o fim de estabelecer seu voto comum na Assembleia Geral ou sua orientação comum de voto aos membros do Conselho de Administração da Companhia.

11.1.1 A Reunião Prévia à reunião do Conselho de Administração da Companhia será realizada independentemente de convocação, no mesmo dia e local da reunião do Conselho de Administração, com antecedência de 2 dias úteis, exceto se outra forma for previamente ajustada por todas as Partes. No caso de Reunião Prévia à Assembleia Geral da Companhia, esta será convocada pelo administrador (ou administradores) da Companhia que tiver(em) competência para convocar a Assembleia Geral, ou por qualquer das Partes, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência. A convocação deverá: (a) fixar a data, hora, local e pauta da Reunião Prévia; (b) ser instruída com os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas; e (c) ser efetuada nas formas previstas neste Acordo.

11.1.2. As Reuniões Prévias poderão ser instaladas sempre que comparecerem Partes em número suficiente para adotar a deliberação pretendida. Em regra, as matérias serão aprovadas em Reunião Prévia desde que contem com os votos afirmativos que representem mais da metade do capital da Companhia detido pelas Partes, ressalvadas as matérias previstas nos itens 6.5 e 8.5, para as quais os quoruns de aprovação serão os mesmos que os estabelecidos neste Acordo.

12. POLÍTICA DE CAPITALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA COMPANHIA E DAS CONTROLADAS

12.1 Os recursos necessários à implementação das atividades da Companhia e das Controladas e subsidiárias serão obtidos através de aportes ao capital social pelas Partes, na proporção de suas respectivas participações, bem como de financiamento.

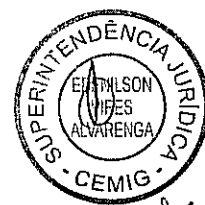
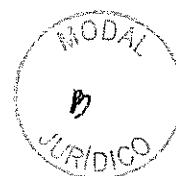
12.2 As Partes deverão aprovar os aumentos de capital nos prazos e nos valores necessários para (a) prover a Companhia dos recursos necessários à consecução dos objetivos da Companhia e de suas Controladas, e (b) permitir o cumprimento das obrigações financeiras assumidas pelas Partes e pela Companhia, de acordo com os Documentos da Operação.

12.3 A Parte que não cumprir com suas obrigações de capitalização da Companhia, nos montantes, prazos e condições a serem futuramente definidos e aprovados nos termos deste Acordo, ficará sujeita às penalidades abaixo:



#

7
20



- (a) diluição de sua participação no capital social da Companhia, na proporção da obrigação não cumprida;
- (b) ressarcimento de eventuais custos e encargos financeiros comprovadamente incorridos, em valores e taxas de mercado então vigentes, daí decorrentes, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente ou da Companhia, em relação ao valor relativo à obrigação da Parte inadimplente;
- (c) suspensão de seus direitos de voto nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais em relação à totalidade de suas Ações, enquanto durar a inadimplência, sem prejuízo do disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (d) suspensão de seu Direito de Preferência em relação às Ações não integralizadas.

12.4 A Parte que não adimplir com as demais obrigações de natureza pecuniária a que se obrigaram neste Acordo (inclusive Cláusula 12.2), ficará sujeita às penalidades abaixo:

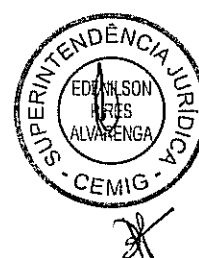
- (a) diluição de sua participação no capital social da Companhia, na proporção da obrigação não cumprida;
- (b) multa de 10% (dez por cento), calculada com base no valor do aporte devido, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente;
- (c) ressarcimento de eventuais custos e encargos financeiros comprovadamente incorridos, em valores e taxas de mercado então vigentes, daí decorrentes, em favor da Parte adimplente que cumprir a obrigação da Parte inadimplente ou da Companhia, em relação ao valor relativo à obrigação da Parte inadimplente; e
- (d) suspensão de seus direitos de voto nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais em relação à totalidade de suas Ações, bem como dos Conselheiros indicados por esta Parte inadimplente, enquanto durar a inadimplência, sem prejuízo do disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

13. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS PARTES

13.1 Obrigação das Partes. Condicionado às disposições constantes dessa Cláusula 13, as Partes concordam que a Companhia fará com que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sejam deliberadas, até 31 de agosto de 2010, as incorporações da Alterosa e da Alvorada pela Aliança, de forma que as Partes passem a deter,



Handwritten signature.



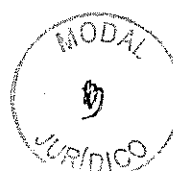
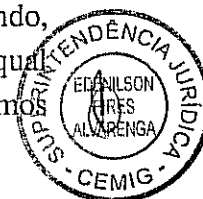
diretamente, as Ações da Aliança anteriormente detidas pela Alterosa e pela Alvorada, na proporção prevista na cláusula 3.3 do Termo de Compromisso (“Incorporações”).

13.1.1 Mediante a deliberação mencionada na Cláusula 13.1 acima, as Partes se comprometem, na medida de suas respectivas competências: (i) a promover todos os atos societários necessários à concretização das Incorporações nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a produzir as informações, bem como cumprir, conforme aplicável às Incorporações, as obrigações constantes da Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999; e (iii) a votar favoravelmente, bem como a envidar os melhores esforços para que os representantes por elas indicados no Conselho de Administração da Aliança também votem favoravelmente, à aprovação das Incorporações, observando sempre a forma menos onerosa para as Partes e obedecidas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo 3º do art. 118 da Lei 6.404/76.

13.2 Incorporações Adicionais. As Partes concordam que a Companhia fará com que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sejam deliberadas: (a) a incorporação pela Companhia das seguintes concessionárias por ela Controladas: Novatrans Energia S.A. – NOVATRANS; TSN Transmissora Sudeste Nordeste S.A – TSN; e ETEO Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. – ETEO até 31 de agosto de 2010; e (b) a desvinculação da Controlada TAESA Serviços Ltda. da estrutura da Companhia até 30 de junho de 2010 (“Incorporações Adicionais”). As Partes obrigam-se a promover todos os atos societários necessários, e a votar favoravelmente, bem como envidar os melhores esforços para que os representantes por elas indicados no Conselho de Administração da Companhia também votem favoravelmente à aprovação das Incorporações Adicionais, observando sempre a forma menos onerosa para as Partes e obedecidas todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis (incluindo, mas sem limitação, o Parecer de Orientação n.º 35/2008 da CVM).

13.3 Dividendos Mínimos. As Partes se comprometem a praticar todos os atos necessários e votar favoravelmente para que os Acionistas da Companhia tenham direito a um dividendo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ressalvadas as disposições constantes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia que possam implicar na aceleração ou vencimento antecipado das respectivas dívidas.

13.4 Manutenção da Companhia no mínimo no Nível 2 da BM&FBOVESPA. Os Acionistas se comprometem a tomar todas as medidas necessárias à manutenção permanente, durante a vigência deste Acordo, da Companhia na condição de companhia com ações listadas e negociadas no mínimo no Nível 2 da BM&FBOVESPA, incluindo, mas sem limitação, a recomposição do percentual mínimo de ações em circulação, qual seja 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital social da Companhia, nos termos



do artigo 8.6 do Regulamento Nível 2 da BM&FBOVESPA, através da emissão primária ou secundária de ações de emissão da Companhia, sendo assegurado à CEMIG GT o direito de preferência, proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia, para subscrição de ações objeto de emissão primária de ações. Adicionalmente, mesmo que não seja possível, por qualquer razão a manutenção da Companhia no Nível 2 do Regulamento Nível 2, qualquer iniciativa com o objetivo de cancelamento de registro ou fechamento de capital da Companhia somente terá eficácia caso conte, em assembleia geral Companhia, com voto afirmativo de todas as Partes, incluindo CEMIG GT, COLISEU e/ou seus sucessores.

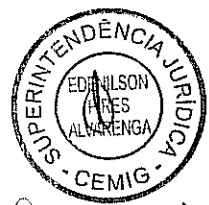
13.4.1 Na hipótese de emissão de ações da Companhia, esta deverá prever, em cada caso, o tratamento que deverá ser dado às sobras de ações não subscritas, a fim de garantir que a CEMIG GT preserve a sua participação no capital social da Companhia.

13.5 Conversão das Ações Preferenciais em Ordinárias. Fica acordado, desde já, que por solicitação da CEMIG GT, o COLISEU e seus sucessores obrigam-se, nos termos do §3º do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, a promover todos os atos societários necessários e com a antecedência necessária, bem como a votar favoravelmente e ainda envidar os melhores esforços para que os representantes por ele indicados no Conselho de Administração da Companhia também votem favoravelmente à aprovação de alteração do Estatuto Social da Companhia, para conceder, a partir de 30 de outubro de 2014, aos titulares das ações preferenciais de emissão da Companhia o direito de requerer, sem qualquer ônus, a conversão destas ações em ações ordinárias de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação preferencial de emissão da Companhia para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

14. ONERAÇÃO DE AÇÕES

14.1 As Partes não poderão constituir penhor, usufruto, caução ou qualquer outra forma de gravame, ônus ou garantia, de forma direta ou indireta, sobre suas Ações, exceto mediante autorização escrita, previamente firmada pela outra Parte, sob pena de tal oneração ser considerada nula perante a Companhia, a qual se absterá de realizar qualquer averbação nesse sentido nos livros de registro de ações da Companhia.

14.1.1 As Partes concordam, desde já, que a autorização para gravames sobre as ações instituídos em favor de terceiros, e que tenham por objetivo garantir obrigações oriundas de operação financeira realizada por tal Parte visando à captação de recursos para cumprimento das obrigações pecuniárias da OPA, não poderão ser imotivadamente negadas, ressalvado, entretanto, que tal gravame deverá recair sempre e exclusivamente sobre as Ações da Parte requerente.



14.2 Em caso de arresto, sequestro ou penhora, de qualquer das Ações, se a Parte responsável não requerer ao Juízo a imediata substituição do arresto, sequestro ou penhora por outra garantia, terá que oferecer suas Ações à outra Parte, observados os procedimentos de direito de preferência previstos neste Acordo e nos demais Documentos da Operação. Os recursos utilizados para a compra das Ações objeto de arresto, sequestro ou penhora serão utilizados para promover a imediata liberação da penhora em questão.

14.2.1 Para fins do cumprimento da Cláusula 12.2 acima, caso as Ações sujeitas a gravame venham a ser de qualquer maneira objeto de constrição judicial, fica desde já a outra Parte autorizada, inclusive com poderes da cláusula *ad judicia*, a ingressar em juízo para fins de solicitar a substituição das ações constritas por dinheiro, sendo que o montante depositado em juízo para fins de liberação das respectivas ações será abatido do preço a ser pago pelas Ações que, uma vez liberadas, serão diretamente transferidas à Parte que providenciou a substituição das Ações por depósito em dinheiro.

15. ALIENAÇÃO DE AÇÕES

15.1 Restrição à alienação. As Partes somente poderão transferir quaisquer das suas Ações se tal Transferência for realizada conforme os termos e condições contidos neste Acordo. Nas hipóteses previstas nas Cláusulas 15.9 e 15.10 deste Acordo, não se aplicarão o Direito de Preferência e o Direito de Venda Conjunta aqui previstos, assim como não serão permitidas Transferências parciais de Ações, ressalvado o disposto na Cláusula 15.2 abaixo.

15.2 Direito de Preferência. Exceto conforme previsto nas Cláusulas 15.9 e 15.10 abaixo, caso qualquer Parte deseje Transferir Ações que detenha na Companhia ("Parte Vendedora"), deverá Transferir a totalidade e não menos que a totalidade das Ações ("Ações Ofertadas"), observado o disposto nesta Cláusula. A Parte Vendedora deverá, antes de qualquer Transferência a terceiros, oferecer primeiro as Ações Ofertadas à outra Parte ("Parte Não-Vendedora"), a qual terá direito de preferência na aquisição de todas, e não menos do que todas, as Ações Ofertadas pela Parte Vendedora, nos mesmos termos e condições constantes de oferta firme formulada por terceiro interessado ("Oferta"), proporcionalmente à sua participação no capital da Companhia, sem considerar a participação da Parte Vendedora. O não exercício do Direito de Preferência pela Parte Não-Vendedora, implicará na reversão para as demais Partes Não-Vendedoras, se houver, das parcelas das Ações Ofertadas rejeitadas, proporcionalmente à sua participação no capital da Companhia, sem considerar a participação da Parte Vendedora e das demais Partes Não-Vendedoras, se houver, que tenham deixado de exercer o Direito de Preferência.



Handwritten signature and initials.



Handwritten initials.



Handwritten signature.

15.3 Notificação de Oferta. Para tanto, a Parte Vendedora notificará, por escrito, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia com cópia à outra Parte acerca de sua intenção de Transferir suas Ações ("Notificação"), especificando os termos e condições da Oferta, que para ser válida, deverá obrigatoriamente satisfazer todos os seguintes requisitos:

- (a) indicar o nome e endereço do ofertante comprador;
- (b) indicar a quantidade total de Ações Ofertadas que o ofertante comprador pretende adquirir;
- (c) indicar o preço e as condições de pagamento (inclusive critério de correção monetária e taxa de juros, se houver);
- (d) conter declaração do ofertante comprador de que a proposta é firme, irrevogável e irretratável durante seu prazo;
- (e) conter obrigação do ofertante comprador, se terceiro, de forma irrevogável e irretratável, de aderir ao presente Acordo concomitantemente ao fechamento da Oferta e como condição para sua transcrição nos livros sociais da Companhia;
- (f) conter declaração expressa da Parte Vendedora de que aceita irrevogavelmente a Oferta, ressalvado apenas o direito de preferência da Parte Não-Vendedora; e
- (g) conter declaração do ofertante comprador de que tem pleno conhecimento deste Acordo.

15.4 Prazo de Preferência. A Parte Não-Vendedora que desejar exercer seu direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas deverá, dentro de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Notificação, informar ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia e à Parte Vendedora, por escrito, por carta protocolada, se deseja ou não adquirir a totalidade das Ações Ofertadas ("Prazo de Preferência"). A Parte Não-Vendedora deverá adquirir todas as Ações Ofertadas dentro de 60 (sessenta) dias contados de sua comunicação nesse sentido, no caso de desejar adquiri-las. A falta de resposta positiva expressa por parte de uma Parte Não-Vendedora dentro do Prazo de Preferência será considerada renúncia por parte desta Parte Não-Vendedora ao seu direito de preferência.

15.5 Proporcionalidade. A Parte Não-Vendedora somente poderá exercer seu respectivo direito de preferência na aquisição de Ações da Companhia, conforme disposto nesta Cláusula 15, caso concorde(m) em adquirir todas as Ações Ofertadas.

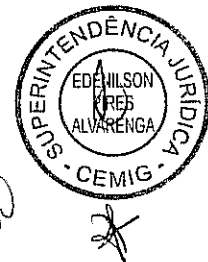


JK

7



(M)



15.6 Transferência a Terceiro. Caso a Parte Não-Vendedora não adquira as Ações Ofertadas dentro dos prazos acima determinados, a Parte Vendedora terá o direito de Transferir a totalidade das Ações Ofertadas ao terceiro autor da Oferta, desde que a Transferência a tal terceiro seja efetuada pelo mesmo preço, termos e condições da Oferta e desde que a Transferência ocorra dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data em que a Parte Não-Vendedora renunciar ao direito de preferência nos termos desta Cláusula 15, ou expirar-se o prazo previsto na Cláusula 15.4 acima. Na hipótese de a Transferência não ser efetivada dentro deste prazo e da Parte Vendedora ainda desejar Transferir suas Ações, deverá submeter novamente a Transferência aos procedimentos estabelecidos nesta Cláusula 15.

15.7 Solidariedade. No caso de haver Transferência de Ações, a Parte Vendedora deverá, ainda, permanecer responsável pelas garantias e contragarantias que houver outorgado na qualidade de Acionista, até aprovação formal da substituição de tais garantias e contragarantias pelo novo acionista.

15.8 Adesão do Adquirente. Em qualquer caso, qualquer terceiro que venha a adquirir Ações deverá, necessariamente, aderir, por escrito, a este Acordo. A assinatura deste Acordo é condição prévia essencial para que referido adquirente se torne acionista da Companhia. Novos acionistas ficarão automaticamente sujeitos às restrições e direitos estabelecidos nesta Cláusula 15 e a todas as demais disposições contidas neste Acordo.

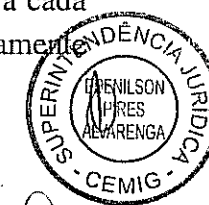
15.9 Transferências Permitidas. As Partes reconhecem expressamente que as disposições contidas na presente Cláusula não se aplicam aos casos de Transferência de Ações em favor de uma Parte Permitida do Acionista ("Acionista Original"), desde que (a) cedente e cessionário concordem em ser solidariamente vinculados e responsáveis por todas as obrigações estabelecidas neste Acordo, no seu respectivo Anexo I e/ou em outros contratos ou documentos relacionados à Companhia, (b) o cessionário venha a aderir a este Acordo, por escrito, e (c) todas as autorizações governamentais e de terceiros eventualmente necessárias para implementar a Transferência das Ações sejam obtidas.

15.9.1 Nas Transferências a uma ou mais sociedades Controladas por um Acionista Original, conforme previsto nesta Cláusula 15.9, o Acionista Original e a(s) cessionária(s) serão, para todos os fins deste Acordo, considerados, como sendo um único Acionista e terão os direitos e obrigações conferidos ao Acionista Original na data da Transferência.

15.10 Transferência a Conselheiros. Além das transferências permitidas pela Cláusula 15.9 acima, qualquer das Partes poderá livremente transferir uma ação ordinária a cada um dos membros do Conselho de Administração por eles indicados, exclusivamente para atender ao disposto no artigo 146 da Lei das Sociedades por Ações.



Handwritten initials 'AK' and 'H'.



15.11 Direito de Preferência – Subscrição. As Partes terão preferência na subscrição de ações ou quaisquer participações acionárias da Companhia, ou quaisquer direitos, opções, garantias ou outros instrumentos permutáveis ou conversíveis pelas referidas ações ou participações acionárias, em cada caso, na proporção da respectiva participação no capital social da Companhia.

15.12 Direito de Preferência – Outros Títulos. O direito de preferência será também assegurado às Partes, na proporção da respectiva participação no capital da Companhia, nas emissões pela Companhia de bônus de subscrição e debêntures conversíveis.

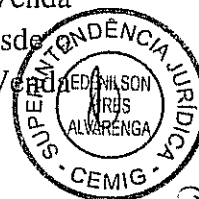
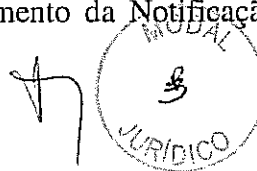
15.13 Disposição Especial. A CEMIG GT, enquanto sociedade de economia mista, somente poderá alienar a sua participação acionária na Companhia mediante leilão, observada a legislação em vigor, ficando assegurado ao COLISEU o direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações que estiverem sendo ofertadas no leilão, desde que em igualdade de condições com o terceiro ofertante no respectivo leilão.

15.14 Disposição Geral. Em caso de Transferência contemplada por qualquer Parte a terceiros do direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou qualquer outro instrumento de emissão da Companhia descrito nas Cláusulas 15.11 ou 15.12 acima, serão observadas as disposições das Cláusulas 15.1 a 15.9 acima.

15.15 Direito de Venda Conjunta. Observado o disposto nos demais itens desta Cláusula e, alternativamente ao exercício de seu Direito de Preferência, a Parte Não-Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, optar, dentro do prazo de preferência, por participar da Transferência conjuntamente com a Parte Vendedora, nos mesmos termos e condições constantes da Oferta, dispondo-se a alienar a totalidade, e não menos do que a totalidade, das Ações por ela detidas ("Direito de Venda Conjunta").

15.16 Notificação de Adesão. O Acionista que desejar exercer o Direito de Venda Conjunta ("Acionista Aderente") deverá enviar, simultaneamente, comunicação à Parte Vendedora e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Notificação de Venda Conjunta"), por carta protocolada, informando-os de sua decisão de aderir à Transferência. A Notificação de Adesão constituirá uma oferta de venda, sob os mesmos termos e condições constantes da Oferta, da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Ações detidas pelo Acionista Aderente ao terceiro interessado apresentado pela Parte Vendedora.

15.17 Interrupção do Prazo de Preferência. O envio de uma Notificação de Venda Conjunta interromperá o curso do Prazo de Preferência, que tornará a correr, desde início, a partir do dia útil seguinte à data do recebimento da Notificação de Venda Conjunta.



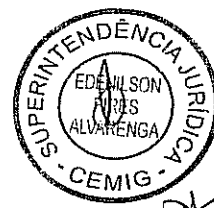
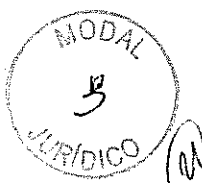
Conjunta. A manifestação relativa ao exercício do Direito de Preferência que tenha sido enviada anteriormente à interrupção do Prazo de Preferência será automaticamente desconsiderada, podendo ser novamente enviada, nos termos em que o emitente entenda melhor refletir seu interesse pelas Ações no momento.

15.18 Após 30 de outubro de 2014, qualquer Transferência de ações da Companhia estará sujeita a direito de preferência e Direito de Venda Conjunta nos seguintes termos: (i) a CEMIG GT terá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas pelo Acionista Investidor e/ou seus sucessores, que se tornarem Acionistas da Companhia; (ii) o Acionista Investidor e/ou seus sucessores terão direito de preferência e Direito de Venda Conjunta com relação às ações de emissão da Companhia detidas por CEMIG GT, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital da Companhia à época da Transferência de ações de emissão da Companhia; (iii) não haverá direito de preferência e Direito de Venda Conjunta para o Acionista Investidor e/ou qualquer de seus sucessores, individual ou conjuntamente, no caso de Transferência de ações de emissão da Companhia realizadas pelo Acionista Investidor e/ou seus sucessores entre si; (iv) o procedimento aplicado para exercício do direito de preferência e Direito de Venda Conjunta obedecerá o disposto nesta Cláusula 15.

16. PRAZO, VIGÊNCIA E RESCISÃO

16.1 Prazo e Vigência. Salvo pelo disposto na Cláusula 16.1.1 abaixo, este Acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretroatável e vigorará, obrigando as Partes e seus respectivos sucessores, a partir desta data, pelo prazo em que perdurarem as concessões detidas pela Companhia.

16.1.1 Prazo de vigência para o SANTANDER. Este Acordo deixará, após 30 de outubro de 2014 ("Data de Saída do SANTANDER"), de vigor, exclusivamente com relação ao SANTANDER e às Ações da Companhia por ele detidas (exclusivamente as Ações proporcionais à participação inicial do Santander no COLISEU, observado o disposto na Cláusula 3.3 acima). Portanto, após a Data de Saída do SANTANDER, este estará totalmente desvinculado, perante as Partes, e a Companhia, com relação a qualquer dos termos e condições estabelecidos neste Acordo, podendo exercer todos os direitos políticos e patrimoniais relativos às Ações da Companhia livremente, incluindo mas não se limitando ao direito de votar com tais Ações e livremente dispor de tais Ações, e estando as Partes igualmente liberadas de qualquer obrigação perante o SANTANDER prevista neste Acordo. Do mesmo modo, imediatamente após 30 de outubro de 2014, o livro de Registro de Ações da Companhia deverá conter as devidas averbações, de forma que conste a liberação do SANTANDER e das Ações de emissão da Companhia exclusivamente proporcionais à participação inicial do SANTANDER no COLISEU, observado o disposto nesta Cláusula e na Cláusula 3.3 acima.



16.2 Rescisão. O presente Acordo estará automaticamente e de pleno direito terminado e rescindido na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) decurso do prazo previsto na Cláusula 16.1, supra; ou
- (b) caso a CEMIG GT passe a ser detentora de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital votante da Companhia.

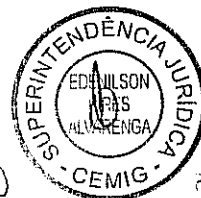
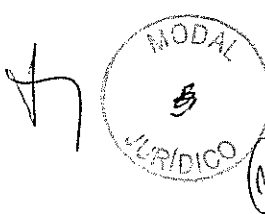
17. EXECUÇÃO ESPECÍFICA

17.1 Tendo em vista a natureza das obrigações previstas neste Acordo, as Partes reconhecem, em caráter irrevogável e irretratável, que, na hipótese de inadimplemento das obrigações nele assumidas, eventual indenização por perdas e danos não constituirá reparação suficiente; por conseguinte, sem prejuízo das perdas e danos que possam ter lugar, qualquer obrigação referida neste Acordo que seja descumprida por qualquer das Partes poderá ser objeto de execução específica, nos termos dos artigos 118, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigos 461, 466-A, 466-B e 466-C do Código de Processo Civil (Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada), mediante provimento judicial de suprimimento ou substituição do ato, voto ou medida praticado, recusado ou omitido em discordância com o disposto neste Acordo, na forma das disposições aplicáveis.

17.2 Mediante um descumprimento por qualquer uma das Partes de quaisquer termos e condições do presente Acordo ("Parte Infratora"), a outra Parte ("Parte Inocente") poderá notificar por escrito a Parte Infratora, especificando o inadimplemento ("Notificação de Inadimplemento"), exceto se: (a) tal inadimplemento for remediado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Notificação de Inadimplemento; ou (b) se tal remediação não puder razoavelmente ser concluída dentro do referido prazo de 15 (quinze) dias úteis, porém sejam iniciadas, imediatamente após o recebimento da Notificação de Inadimplemento, medidas cabíveis e diligentes em prol de tal remediação para conclusão em prazo razoável predeterminado, a Parte Infratora terá suspensos seus direitos, mas não as obrigações e compromissos, previstos neste Acordo no final do prazo de 15 (quinze) dias acima mencionado. Referida suspensão será sem prejuízo a quaisquer direitos adicionais da Parte Inocente, seja nos termos deste Acordo ou por lei.

18. ARQUIVAMENTO

18.1 De acordo com e para os fins dos artigos 40 e 118 da Lei das Sociedades por Ações, este Acordo será arquivado na sede da Companhia, averbado no livro de registro de ações nominativas da Companhia e registrado em Cartório de Títulos e Documentos, na forma disposta abaixo:



“AS AÇÕES DETIDAS POR [NOME DO ACIONISTA] ESTÃO SUJEITAS ÀS REGRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E OUTRAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO ACORDO DE ACIONISTAS DATADO DE [DATA DE ASSINATURA], CUJA CÓPIA ESTÁ DISPONÍVEL PARA EXAME NA SEDE DA COMPANHIA. O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR QUALQUER ACIONISTA EM VIOLAÇÃO AO ACORDO DE ACIONISTAS SERÁ NULO E NÃO PRODUZIRÁ EFEITOS.”

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Denominação. As Partes de comum acordo e conforme as suas conveniências deverão deliberar pela alteração da denominação da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

19.2 Despesas. Cada Parte deverá pagar suas despesas relacionadas ao presente Acordo, incluindo taxas e despesas dos advogados, contadores, auditores, corretores e consultores financeiros.

19.3 Autorização. Cada Parte declara e garante à outra que possui legalmente plenos direitos, poderes e autoridade para celebrar e cumprir este Acordo, e a assinatura e entrega deste Acordo pelo citado signatário, bem como a consumação, pelo citado signatário, das operações ora contempladas foram devidamente autorizadas por todas as ações cuja prática é exigida do signatário. Cada Parte declara e garante ainda que este Acordo constitui um acordo válido e vinculante para si, exigível de tal Parte, de acordo com seus termos.

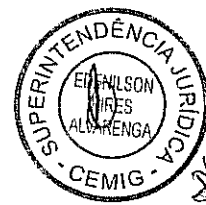
19.4 Cessão. Observado o disposto na Cláusula 15.9 acima, nenhuma das Partes poderá ceder quaisquer de seus direitos ou obrigações sob este Acordo, exceto se as demais Partes tiverem consentido, por escrito, a seu único e absoluto critério.

19.5 Notificações. Quaisquer notificações ou outras comunicações requeridas ou permitidas sob este Acordo deverão ser feitas, por escrito, e deverão ser entregues ou enviadas através de serviço de entrega no dia seguinte, entregues pessoalmente, por fax ou por carta registrada, nos endereços de cada um das Partes abaixo mencionados, ou para qualquer outro endereço conforme seja fornecido por escrito por tal Parte:

Se ao COLISEU:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES COLISEU

Praia de Botafogo, 501 - 5º andar
Rio de Janeiro - RJ



Fax: (21) 3223-7738
At.: Sr. Isacson Casiuch

Se à **CEMIG GT:**

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Av. Barbacena, 1200
Belo Horizonte – MG
Fax: (31) 3506-4900
At.: Sr. Djalma Bastos de Moraes

Se à **Companhia:**

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.003 (parte)
Rio de Janeiro – RJ
Fax: (21) 2212-6040
At.: Sr. Paulo Mota Henriques

Se ao **SANTANDER:**

Banco Santander (Brasil) S.A.

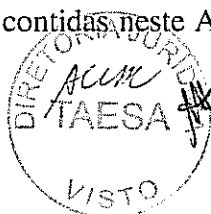
Av. Juscelino Kubitschek, 2.235 - 26º andar
Vila Olímpia - São Paulo - SP
Fax: (11) 3012-7154
At.: Sr. Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque

19.5.1 Cada Parte poderá, através do fornecimento de notificação para tanto às demais, alterar seu endereço para notificação a qualquer momento e/ou designar que cópias de qualquer notificação sejam direcionadas a outra pessoa, em outro endereço.

19.6 Demais Documentos. Em consonância com os termos e condições deste Acordo, cada Parte efetuará ou determinará que sejam efetuadas e praticadas todas as outras ações e demais atos e assinarão e entregarão todos os demais instrumentos, certificados e outros documentos que qualquer outra Parte vier a razoavelmente exigir, a fim de lograr a intenção e empreender as finalidades deste Acordo e a consumação das operações ora contempladas.

19.7 Modificações. Este Acordo não poderá ser modificado ou alterado sem o prévio e expresso consentimento por escrito de todas as Partes ou de seus respectivos sucessores.

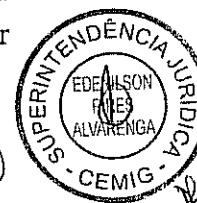
19.8 Independência das Disposições. Na hipótese de uma ou mais das disposições ou parte de uma ou mais das disposições contidas neste Acordo, por qualquer motivo, vier



Handwritten signature.



Handwritten signature.



a ser declarada inválida, ilegal ou inexecutável, em qualquer aspecto e em qualquer jurisdição, tal invalidade, ilegalidade ou inexecutabilidade não prejudicará qualquer outra disposição deste Acordo ou parte de qualquer outra disposição. Este Acordo será interpretado, em qualquer jurisdição, como se a disposição ou a parte de qualquer disposição inválida ou ilegal ou inexecutável tivesse sido reformulada de modo que se tornasse válida, legal e executável na medida em que permitido na referida jurisdição.

19.9 Títulos. Os títulos das cláusulas deste Acordo e seu Anexo I são inseridos tão somente com o propósito de facilitar referências e não fazem parte deste Acordo para os propósitos de interpretação.

19.10 Contrato Completo. Este Acordo substitui todos os eventuais contratos anteriores firmados entre as Partes relativos à matéria objeto deste Acordo e constitui (juntamente com a documentação mencionada neste Acordo) uma completa e exclusiva declaração dos termos do Acordo entre as Partes às matérias aqui tratadas.

19.11 Prevalência das Disposições. Em caso de conflito entre as disposições deste Acordo e do Estatuto Social, prevalecerá o disposto neste Acordo, assumindo as Partes o compromisso de convocar assembleia geral da Companhia para adequar os dispositivos do Estatuto Social que conflitem com este Acordo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar desta data.

19.12 Sucessores. Este Acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título.

19.13 Lei Aplicável. Este Acordo será regido e construído de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

19.14 Renúncia. A tolerância ou não exercício pelas Partes de quaisquer direitos a eles assegurados neste Acordo ou na lei em geral não importará em renúncia a qualquer destes direitos, podendo as Partes exercitá-los a qualquer tempo, exceto no caso de renúncia expressa por qualquer uma das Partes.

19.15 Nulidade. Serão nulos e de nenhum efeito os atos praticados, os votos proferidos e a Transferência ou oneração de Ações realizados sem a estrita observância das disposições constantes neste Acordo.

19.16 Vedação. É vedada a celebração de quaisquer acordos de voto e/ou acordos de acionistas paralelos entre as Partes, inclusive seus sucessores, e entre quaisquer das Partes e terceiros que venham a participar do capital votante da Companhia e de suas Controladas e Coligadas.



19.17 Foro. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como a execução da sentença arbitral.

19.18. Arbitragem. Qualquer controvérsia relativa a este Acordo será resolvida por arbitragem, de acordo com as disposições adiante.

19.19. A arbitragem será submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAM (doravante designado o "Regulamento").

19.20. O litígio será decidido por um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), escolhidos de acordo com o Regulamento.

19.21. A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de acordo com a Lei n.º 9.307/96.

19.22. O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de até 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

19.23. Com exceção dos honorários dos advogados, que serão atendidos por cada Parte individualmente, as demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral.

19.24. As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem.



ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA



Handwritten mark, possibly initials.

Handwritten initials or signature.

Handwritten mark, possibly initials.